A verdade sobre a missa nova e o Concílio Vaticano II

Para desmontar por completo essa narrativa moitaniana sobre a missa nova ser tradicional, apresentamos os resumos escritos pelo Reverendo Padre Anthony Cekada em seu livro "Obra de Mão Humanas: Uma Crítica Teológica à Missa de Paulo VI".

I

- O beneditino francês, Dom Prosper Guéranger, fundou o Movimento Litúrgico no século XIX a fim de renovar o fervor pela liturgia dentre o clero e os fiéis católicos. O Movimento Litúrgico alcançou um impressionante sucesso na restauração do canto, da música sacra e da correta execução das funções litúrgicas.
- Em suas Instituições Litúrgicas, Guéranger condenou a “heresia anti-litúrgica”. As características que ele atribuiu a ela (ódio ao latim, falsos apelos à Antiguidade, invenção de novas fórmulas, princípios contraditórios etc.) lembram, em um grau impressionante, as objeções que os tradicionalistas do século XX levantaram contra as reformas litúrgicas pós-Vaticano II.
- Porém, no começo do século XX, Lambert Beauduin, Ildefons Herwegen, Odo Casel, Romano Guardini, Pius Parsch e outros conduziram o Movimento Litúrgico ao falso ecumenismo, modernismo teológico (imanentismo e evolução do dogma), arqueologismo litúrgico, vernaculismo, ideias perigosas sobre a Igreja e sobre a Presença Real e experimentos litúrgicos). Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Movimento Litúrgico já estava nas mãos dos teólogos modernistas.
- Há diversas explicações possíveis para essa reviravolta. Por um lado, temos que a errônea percepção popular sobre os estudos litúrgicos como “apenas as rubricas” fez com que o terreno aparentasse estar imune aos enganos modernistas. Por outro lado, os modernistas seriam atraídos aos estudos litúrgicos por conta do papel importante que os símbolos, os sentimentos e a experiência religiosa ocupam em sua heresia da evolução do dogma.
- Em 1942, os conservadores da Alemanha acusaram o Movimento Litúrgico de promover o vernaculismo, exagerar o sacerdócio dos leigos, incorporar ideias dogmáticas protestantes, estender os limites da Igreja aos não católicos, adotar a noção modernista de fé como experiência, negligenciar a teologia dogmática, dando preferência à sistemas filosóficos modernos, e promover o arqueologismo litúrgico.
- Pio XII interveio com duas encíclicas que tentavam corrigir esses erros: Mystici Corporis sobre a natureza da Igreja (1943) e a Mediator Dei sobre a Sagrada Liturgia (1947). Ambas claramente reafirmaram a doutrina católica, condenaram diversos erros e buscaram fazer o Movimento Litúrgico voltar ao caminho certo.

- Apesar disso, durante os anos 50, o Movimento continuou a seguir o mesmo rumo, protegido e promovido por amigos do alto escalão da Igreja, dentre eles o Arcebispo Giovanni Battista Montini (Paulo VI).
- Joseph Jungmann ganhou a reputação de portento intelectual do Movimento Litúrgico com a publicação de sua imensa obra de 1948, Missarum Sollemnia ou A Missa do Rito Romano. Este livro, mais do que qualquer outro, pavimentou o caminho para as reformas litúrgicas pós- Vaticano II.
- Em seus escritos, Jungmann desenvolveu dois conceitos importantes: (1) Teoria da Corrupção, que sustenta que a Missa como estava representava um afastamento dos ideais litúrgicos primitivos. (2) Liturgia Pastoral, que defendia a reestruturação da Missa para atender às necessidades percebidas do homem contemporâneo.
- A teoria da corrupção de Jungmann e seu conceito de liturgia pastoral são princípios contraditórios: (a) restaurar a liturgia ao ideal antigo, pré-corrupção; (b) adaptar a liturgia às percebidas necessidades modernas. Portanto, uma ou outra teoria pode ser utilizada para justificar ou excluir quase qualquer mudança litúrgica imaginável — e este será o caso depois do Vaticano II.
- Em 1954, Louis Bouyer publicou a Piedade Litúrgica, outra obra que influenciaria o curso das reformas pós-Vaticano II. Bouyer era um modernista e os métodos e teorias de seu livro também o eram. Bouyer, assim como Jungmann, acreditava que a liturgia católica havia se corrompido.
- Os principais conceitos que Bouyer desenvolveu para aplicar à Missa são: (1) teologia da assembleia, que Bouyer recorre para se desviar da doutrina católica de que a essência da Missa consiste no sacrifício. (2) Outras Presenças “Reais”, que Bouyer infla a fim de atacar e minar o dogma católico sobre a Presença Real.
- Como Arcebispo de Milão, Montini promoveu ambas as teorias jungmanianas de corrupção e liturgia pastoral. Montini via o latim e os ritos místicos da liturgia como “obstáculos” que repeliam o homem moderno, que desejava em tudo a inteligibilidade. Montini disse que a Igreja deveria superar as dificuldades colocadas pelos seus ritos litúrgicos. Montini também adotou e promoveu a teologia da assembleia que Louis Bouyer formulou baseado nos escritos do luterano Yngve Brilioth. Em sua Carta Pastoral de 1958, Montini citou a passagem de Bouyer, sobre a qual seria baseada a definição do Novus Ordo Missae de 1969.
- Apoiadores do Movimento Litúrgico reconheceram e louvaram sua conexão com o modernismo condenado por São Pio X.
- Consequentemente, as teorias sobre a reforma litúrgica e da natureza da Missa, que Jungmann e Bouyer propuseram durante esses anos, vão ressurgir na Missa de Paulo VI. A teoria da corrupção de Jungmann será usada para despir a Missa de seus “acréscimos”, e suas ideias de liturgia pastoral serão usadas para introduzir vários elementos didáticos (missa-como-sala-de-aula). A teologia da missa-como-assembleia de Bouyer servirá como a definição para a Missa Nova em 1969, juntamente com as outras presenças “reais” que ele inventou.
- Mas não teremos que esperar até 1969 para ver essas ideias surtirem efeito — porque, enquanto a tinta da primeira impressão do livro de Jungmann em 1948 mal tinha secado, a criação da Missa Nova já tinha começado.

II

- O Novo Ordo da Missa promulgado por Paulo VI em 1969 foi um longo processo de mudança litúrgica, que começou em 1948 com o apontamento da Comissão Piana da Reforma.
- Annibale Bugnini, que secretamente apoiava as propostas de reforma da "ala esquerda" do Movimento Litúrgico, dirigiu o trabalho da Comissão e por duas décadas supervisionou o processo que criou a Missa Nova. Em 1975, ele foi repentinamente removido do seu posto no Vaticano. O fundamento para essa demissão foi sua alegada pertença à maçonaria, um fato agora considerado como "certo" no Vaticano.
- Em uma reunião secreta, em 1948, Jungmann delineia seu "sonho do coração" para a Reforma da Missa; este seria implementado no Novus Ordo Missae de 1969; Jungmann se tornou um consultor da Comissão Piana da Reforma.
- A Vigília Pascal experimental de 1951 foi, disse Bugnini, "a primeira etapa para uma Reforma Litúrgica geral." Ela introduziu princípios e práticas que seriam finalmente implementadas compulsoriamente 18 anos depois, na Missa de Paulo VI.
- A Simplificação das Rubricas de 1955, disse Bugnini naquele tempo, representou uma "reviravolta" para a Liturgia, o "segundo" estágio da reforma, "uma ponte para o futuro", para tornar a Liturgia "uma nova cidade para que o homem de nossa época possa viver e se sentir à vontade." Aos que estavam dispostos a uma "renovação" mais plena, Bugnini instava que "mantivessem seus olhos abertos", porque a Reforma Litúrgica havia de requerer a "colaboração esclarecida de todas as forças ativas."
- O Novo Ordo Renovado para a Semana Santa de 1955 introduziu uma outra série de mudanças que seria permanentemente incorporada na Missa Nova. Os novos ritos de Semana Santa, disse Bugnini em 1956, representaram a "terceira etapa para uma Reforma Litúrgica geral."
- A Instrução sobre Música Sacra de 1958 permitiu ainda mais práticas que seriam incorporadas no Novus Ordo: a recitação pelo povo do Ordinário e Próprio da Missa juntamente com o sacerdote, maior uso do vernáculo, leitores e comentadores leigos e Salmo Responsorial.
- O Código de Rubricas de 1960, promulgado por João XXIII juntamente com o Breviário e o Missal (1962), que o acompanham, foram somente medidas temporárias: porque "a necessidade de mudar todos os livros litúrgicos, uma vez que o Concílio tenha terminado, e para colocar suas decisões em efeito, pareceu oportuno não compelir todos os clérigos a já mudarem de livros agora."
- As reformas litúrgicas introduzidas antes do Vaticano II nos anos 1948- 62, em particular os ritos de Semana Santa de 1955, estabeleceram numerosos precedentes para as práticas e princípios que seriam implementados compulsoriamente na Missa de Paulo VI: o vernáculo como uma parte integrante da Liturgia, a redução do papel do sacerdote, a participação vocal dos leigos, os novos papéis litúrgicos, a mudança de orações e cerimônias para se acomodar às "necessidades" modernas, omissão de "duplicações", omissão de partes do Ordo Missae, prescrição de cerimônias de "frente para o povo", diminuição de ênfase nos santos, mudança dos textos por razões ecumênicas, simplificação de expressões de reverência para com o Santíssimo Sacramento e, finalmente, até mesmo mudança no Cânon.
- Annibale Bugnini, auxiliado por Josef Jungmann, foi o principal autor da Constituição do Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia de 1963. Enquanto a Constituição contém muita terminologia ortodoxa e recomenda algumas coisas louváveis, seus criadores

deliberadamente a temperaram com declarações ambíguas ou equívocas (isto, sim — “mas” aquilo também; “por um lado/por outro” etc.) que mais tarde poderiam ser usadas para a implementação de mudanças radicais. Por isso, ambas as interpretações do documento, tanto a conservadora quanto a progressista, são simultaneamente corretas e incorretas.

- Para a Missa, o parágrafo fatal da Constituição sobre a Liturgia era o §50. Os princípios ali estabelecidos são tão amplos que eles poderiam ser usadas para justificar praticamente qualquer mudança.
- A fim de evitar os conservadores da Cúria Romana, Paulo VI criou uma nova agência para implementar as mudanças litúrgicas, a Consilium, e colocou Bugnini como responsável por sua operação.
- Durante os anos de 1964-8, a Consilium implementou duas séries de mudanças de interim no Ordo da Missa Tridentina, supervisionou a introdução do vernáculo na Missa, permitiu a Missa de frente para o povo e introduziu três novas Orações Eucarísticas como alternativas ao Cânon Romano.
- Ao mesmo tempo, um subcomitê da Consilium, o Grupo de Estudo 10, estava trabalhando para reformar o Novo Ordo da Missa. O grupo consistia de 12 membros, dentre eles certamente estavam Josef Jungmann e Louis Boyer.
- A Consilium foi auxiliada em seu trabalho por seis observadores protestantes.
- Depois de várias celebrações experimentais do rito proposto pelo Grupo de Estudo, ao Sínodo dos Bispos e ao próprio Paulo VI, este último privadamente aprovou o Novo Ordo da Missa em 6 de novembro de

- Em 3 de abril de 1969, pela Constituição Apostólica Missale Romanum, Paulo VI promulgou seu Novus Ordo Missae, juntamente com um documento preliminar intitulado Instrução Geral sobre o Missal Romano. O Missal completo, com todas as orações e a Instrução Geral revisada, seria publicado em 1970.

Assim, em 1970 chegamos à última etapa do processo gradual iniciado em 1948 — a destruição completa e final da Missa do Rito Romano.

III

- Os trechos da Constituição do Vaticano II sobre Sagrada Liturgia, que se referem à preservação do latim e à introdução do vernáculo, foram escritos de modo ambíguo e suscetível a interpretações contraditórias.
- Aqueles que oficialmente autorizaram a implementação dessa legislação (Bugnini, Consilium, Paulo VI e as Conferências Nacionais dos Bispos) permitiram ou impuseram o uso quase universal do vernáculo após o Vaticano II.
- A inteligibilidade absoluta não era um requisito para a língua litúrgica no tempo de Nosso Senhor ou na Igreja Primitiva.
- Por 1.600 anos, a Igreja cuidadosamente preservou a posição especial do latim como a língua da Missa do Rito Romano.
- A Igreja encorajou os ritos orientais a manterem suas próprias línguas e ocasionalmente permitiu que a Missa do Rito Romano fosse celebrada em uma língua moderna.

- Estes casos não podem ser aduzidos como precedentes para o processo de vernaculização da Missa pós-Vaticano II, porque (1) as línguas usadas nos ritos orientais não eram sempre verdadeiros vernáculos e (2), historicamente, a Santa Sé exigia que as traduções da Missa do Rito Romano fossem servilmente fiéis ao original latino.
- As razões em favor do uso do latim como língua litúrgica são santidade, unidade, imutabilidade e tradição, sendo que todas refletem verdades doutrinais sobre a Missa ou a fé católica.
- Por outro lado, advogar o abandono do latim pelo vernáculo está ligado historicamente com a corrupção da verdade doutrinal. O vernáculo é usado como meio de espalhar a heresia, falsificar a doutrina através de más traduções e negar o valor objetivo do Santo Sacrifício da Missa.
- Três declarações da Consilium (1964, 1965, 1967) progressivamente permitiram maior liberdade para "adaptar" as traduções.
- O ataque final a qualquer pretensão de precisão nas traduções veio com a Instrução Comme le Prévoit (25 de janeiro de 1969) que estabeleceu os princípios que produziram as distorções, omissões e erros escancarados das traduções litúrgicas modernas.
- Em 1970, o provável autor da Instrução amplificou os princípios que ela continha, de modo a promover a agenda teológica modernista de remover a teologia "negativa" e as alusões a doutrinas que os protestantes pudessem julgar ofensivas.
- Paulo VI examinou os esquemas em francês e italiano da Instrução, fez inúmeras observações de próprio punho, fez mudanças em seu estilo e substância e até mesmo corrigiu as cópias de prova da imprensa. Os princípios destrutivos dela são, portanto, dele.
- Logo, os conservadores não precisam temer terem sido enganados por todos esses anos. As versões Novus Ordo "mal traduzidas" são, de fato, a verdadeira Missa de Paulo VI.

IV

- A Instrução Geral sobre o Missal Romano (IG) de 1969 não contém somente as direções rituais para celebrar a Missa de Paulo VI, mas também os princípios teológicos por trás dela. Os criadores da Missa Nova viram a IG como uma exposição teológica ou apresentação doutrinal para ajudar a entender a natureza e significado dos elementos do novo rito. Como tal, a IG de 1969 deveria ser tida como seu "programa teológico" para o Novus Ordo Missae.
- No lugar da definição tradicional da essência da Missa como sacrifício, o parágrafo 7 da IG define a Missa como assembleia. Esta "define a Missa exatamente" e é "o grande sinal que define e qualifica a celebração inteira".
- A definição da IG é uma reformulação da teologia da assembleia da Missa de Louis Boyer, que estava ela mesma baseada na doutrina eucarística do ecumenista luterano sueco, Yngve Brilioth. Ela também reflete a teologia existencialista do Vaticano II.
- Elementos individuais da definição (Ceia do Senhor, povo de Deus, memorial etc.) foram adotados "com um espírito explicitamente ecumênico" e foram "os frutos de convergência doutrinal" com os hereges.
- Os quatro "elementos irredutíveis" da Eucaristia propostos por Bouyer/ Brilioth (banquete, sacrifício, ação de graças, memorial) então emergem por todo o resto da IG.

- O sacrifício assim se torna meramente um elemento entre quatro. A IG assim se desfaz dos perigos ecumênicos desse termo (1) empregando-o com a fi gura do banquete para ofuscá-lo e (2) evitando referências explícitas à Missa como um sacrifício de propiciação (fazendo satisfação pelo pecado), porque essa doutrina é repugnante aos hereges.
- Em vez disso, a IG insiste em memorial, um termo entendido de um modo por católicos e de outro pelos protestantes. O significado equívoco de memorial fez dele um "termo precioso" da teologia ecumênica, o que é a razão pela qual ele foi empregado na IG de 1969.
- No seu tratamento da presença de Cristo na Missa, a IG omite o termo transubstanciação, um termo detestado por protestantes e modernistas.
- A IG introduz ao menos duas outras presenças de Cristo: na assembleia e na Escritura.
- Essas presenças foram denominadas como "reais" por Bouyer e pela encíclica Mysterium Fidei de Paulo VI. Esse método de desvalorização por inflação colocou as novas "presenças" no mesmo nível que a Presença Real, e se tornou um trampolim para ignorar a transubstanciação como um todo, como se torna evidente a partir da leitura dos comentários dos liturgistas modernistas.
- No seu tratamento da "presença de Cristo" na Escritura, a IG de 1969 (1) confunde a presença virtual com a substancial e (2) iguala impropriamente o escutar a leitura da Escritura com o receber a Comunhão.
- No lugar do ensinamento tridentino de que a Missa representa o Sacrifício da Cruz, a IG ensina que a Missa representa a Última Ceia.
- A IG substituiu a expressão católica Consagração pela expressão protestante Narrativa da Instituição.
- De acordo com a IG de 1969, parece que a assembleia celebra a Missa, enquanto o sacerdote meramente a preside.
- O termo presidente em uma passagem de São Justino Mártir, que é frequentemente citada para justificar o uso do termo na IG de 1969, pode ter sido nada mais do que um modo conveniente de se referir ao bispo, que era o celebrante ordinário da Missa na Igreja Primitiva.
- O argumento da Igreja para sua regulamentação minuciosa da Liturgia antes do Vaticano II pode ser convenientemente resumido em uma sentença de três palavras: doutrina, disciplina, cerimônias. A Igreja considerava suas cerimônias como intimamente ligadas à sua doutrina e à sua disciplina. Uma vez que a liturgia dava testemunho público da fé da Igreja, tudo nela tinha de ser cuidadosamente regulamentado.
- Com a Missa Nova, porém, nunca se sabe o que se vai encontrar quando se assiste a Missa em uma igreja pouco familiar — eis o Elemento Surpresa Bugnini-Montini.
- Esse fenômeno é resultado da IG, que intencionalmente desregulamentou largas porções da Missa Nova, permitindo aos sacerdotes ou às equipes paroquiais de liturgia (1) selecionar um texto ou rito a partir de um certo número de textos ou ritos fixos, (2) omitir ou adaptar certos textos ou ritos e (3) introduzir ou inventar textos como lhes parecer conveniente.
- Esses fatores destroem qualquer senso de universalidade na oração, e no caso do (3) permite introduzir como uma parte integrante da oração litúrgica, praticamente qualquer ideia religiosa que se queira.
- O caráter geral da IG é "um estilo novo de legislação" baseado em "princípios mais elevados", um "auxílio e um guia, em vez de uma série de regras". Aqueles que adaptam

a Liturgia, longe de serem desobedientes, “estão tentando ser obedientes a essa dimensão da lei”.
- A característica da IG de 1969 que talvez tenha sido a mais corrosiva à fé católica foi sua desregulamentação da Liturgia.

V

- Depois que Paulo VI promulgou a Missa Nova em abril de 1969, um grupo de católicos decidiu apresentar um protesto a Paulo VI com a ajuda do Cardeal Ottaviani, ex-chefe do Santo Ofício. O Padre Guérard des Lauriers preparou o texto de um breve exame crítico da Missa Nova e, em setembro de 1969, os Cardeais Ottaviani e Bacci entregaram- no a Paulo VI, juntamente com uma Carta de Apresentação.
- O estudo e a carta ficaram conhecidos nos países anglófonos como “The Ottaviani Intervention”. São considerados como a “carta magna” do movimento tradicionalista dos católicos pós-Vaticano II, que se recusaram a aceitar a Missa Nova de Paulo VI.
- Dentre as características da Missa de Paulo VI, que a Intervenção Ottaviani criticou, estavam: a nova definição de Missa, a desvalorização da Missa como um sacrifício propiciatório, a redução do papel do sacerdote, negações implícitas da Presença Real e da transubstanciação, a transformação da consagração em uma narrativa, a fragmentação da unidade de crença da Igreja e, de modo geral, a linguagem que comprometia a doutrina católica.
- A Intervenção fez essas acusações tanto contra a IG de 1969, quanto contra o Novo Ordo da Missa.
- O Vaticano respondeu alegando que a IG de 1969 não era uma declaração dos princípios doutrinais ou teológicos por trás da Missa Nova.
- Essa resposta era mentirosa, porque declarações públicas anteriores da Consilium haviam dito o contrário.
- Em duas audiências públicas em novembro de 1969, Paulo VI defendeu publicamente a ortodoxia da Missa Nova. Para reprimir as objeções doutrinais à Missa Nova, o Vaticano lançou uma versão revisada da IG de 1969, juntamente com um novo Proêmio (Proemium) de quinze parágrafos, que apareceram quando a versão completa da Missa Nova de Paulo VI foi finalmente publicada em março de 1970.
- O Proêmio tenta responder às objeções que a Intervenção Ottaviani levantou, argumentando que a Missa Nova: (1) reafirma constantemente o ensinamento católico sobre a Missa e sobre a Presença Real, (2) reafirma o papel tradicional do sacerdote ao oferecer a Missa e (3) testemunha a ininterrupta tradição da Igreja.
- Essa defesa da ortodoxia da Missa Nova era inconsistente, enganosa e perigosa, e a terminologia tridentina que ela empregava era totalmente irrelevante para o próprio rito da Missa Nova. Era uma obra efêmera que nada acrescentava à compreensão litúrgica da Missa Nova.
- A IG revisada de 1970 foi uma tentativa de “tridentinizar” a teologia protestante e modernista por trás da Missa Nova, especificamente (1) a definição da Missa, que a IG de 1970 transformou em uma descrição, (2) a afirmação de que a Única Ceia se faz presente e (3) o papel do sacerdote na Missa.
- As edições subsequentes da IG de 1975 e 2000 não modificaram substancialmente os parágrafos mais questionáveis. Apesar das revisões de 1970, a substância da IG

permaneceu a mesma. As áreas com problema são: (1) A definição de Missa, que ainda iguala a Missa com a Ceia, o sacrifício com o memorial, a presença substancial com outras "presenças" e declara que o povo "celebra" o sacrifício eucarístico. (2) O conteúdo sobre o banquete, sacrifício, ação de graças e memorial continua inalterado, e a instrução revisada ainda não afirma claramente que a Missa é um sacrifício propiciatório. (3) As outras "presenças" de Cristo (no povo e na Escritura) e a confusa metáfora de alimento (Escritura = "alimento") estão inalteradas, e ainda minam a Presença Real que se produz pela transubstanciação. (4) A ideia de que o povo celebra a Missa permanece inalterada. (5) A noção de um sacerdote como presidente permanece. (6) A desregulamentação da liturgia fornecida pela IG de 1969 permaneceu inalterada, de novo, e é uma licença para espalhar erros doutrinais.

- Os revisores introduziram meramente um conceito "tridentino" ao lado dos novos termos, deixando-se livre para considerar a Missa como qualquer um dos dois: (1) Um sacrifício propiciatório, oferecido por um sacerdote ordenado, em que Cristo torna-se presente sob as aparências do pão e do vinho pela transubstanciação; (2) uma assembleia e memorial da Última Ceia, celebrada pelo povo sob a direção de um presidente designado, durante a qual Cristo está presente no povo, nas leituras da Escritura e no pão e no vinho.
- Esse procedimento, graças a "esperteza dos revisores", foi o sufi ciente para enganar os conservadores, mas foi ambíguo o bastante para se acomodar ao ecumenismo e a teologia modernista. E ela continua fora do "beco sem saída das teorias de sacrifício pós-tridentinas".
- Nenhuma mudança, porém, foi introduzida no próprio rito novo. As orações e os ritos do Novus Ordo Missae de 1970 são idênticas àquelas do Novus Ordo Missae de 1969.
- Portanto, a chave para o entendimento da teologia por trás da Missa de Paulo VI não se fundamenta no Proêmio pseudo-tridentino e na Instrução de 1970, mas na Instrução Geral de 1969 de Bouyer-Brilioth- Montini.

VI

- A Instrução Geral de 1969 e o Rito pós-Vaticano II para Dedicação de uma Igreja prescrevia que o projeto de uma igreja deveria transmitir "a imagem da assembleia reunida".
- A "exaltação da majestade de Deus, a glorificação dos santos [e] a devoção privada" já não são mais considerações importantes no modelo das igrejas.
- O objetivo do novo ambiente litúrgico, em vez, é promover "uma celebração em que a assembleia ativamente participe". A base para isso é "toda a teologia bíblico-litúrgica da assembleia redescoberta", que o Novo Ordo da Missa fielmente interpreta, onde ele descreve a Missa "como começando com o sinal da assembleia" no parágrafo 7 da IG de 1969.
- A Missa de frente para o povo foi adotada em quase toda a parte depois do Vaticano II, uma prática que era claramente a vontade de Paulo VI.
- A ideia de que a Missa de frente para o povo era uma prática cristã primitiva é um anacronismo do século XX. O que realmente determinava a direção da oração litúrgica na Igreja antiga era onde estava o oriente.
- A noção de Missa de frente para o povo se baseia em uma teologia antropocêntrica (centrada no homem), em vez de se apoiar, como antes, em uma teologia teocêntrica

(centrada em Deus).

- Embora o Cardeal Ratzinger defendia o celebrar a segunda parte da Missa Nova (a Liturgia Eucarística) voltado ao oriente (ad orientem), ele assim o fez não com base no ensinamento tradicional, pré-Vaticano II, mas sim porque (1) isso alinharia a prática litúrgica católica com o "balanço" litúrgico alcançado pelos protestantes e (2) isso era mais "cósmico".
- Ratzinger baseava seu argumento cósmico nos ensinamentos de dois teólogos modernistas, Urs von Balthasar e o panteísta-evolucionista Teilhard de Chardin. Embora a conclusão de Ratzinger apele aos católicos de inclinação tradicional, os princípios teológicos sobre os quais ela está baseada são venenosos.
- A legislação pós-Vaticano II aboliu ou tornou opcional muitos dos requisitos materiais que a lei da Igreja antigamente estabeleceu para enfatizar a santidade do altar: feito de de pedra, relíquias, consagração, predella, baldaquino, frontal, velas de cera, seis castiçais e relicários.
- A legislação também prescrevia dois novos itens para o santuário: a cadeira do presidente e o ambão.
- Uma série de leis pós-Vaticano II proibiram a celebração da Missa sobre um altar com um tabernáculo, removeram o tabernáculo de um local proeminente no santuário e eventualmente o enviaram para uma capela separada. Conforme a nova legislação, isso foi feito "com base no valor simbólico", porque Cristo está presente na assembleia, na Escritura, na homilia, no ministro, e somente então "sob os elementos eucarísticos".
- Embora a Instrução Geral de 2000 tenha reintroduzido a possibilidade de colocar o tabernáculo na própria igreja, ela repetia a proibição contra celebrar a Missa sobre um altar onde o Santíssimo Sacramento estivesse guardado.
- A linguagem ambígua na declaração do Vaticano II de que deveria haver "moderação" no número de imagens sagradas exibidas na Igreja, levou eventualmente a uma remoção em larga escala das imagens das igrejas.
- A razão dada era que as imagens sagradas distraiam a assembleia da celebração.
- A legislação pós-Vaticano II efetivamente baniu a construção de altares laterais em igrejas novas, e em qualquer caso praticamente condenava celebrar uma Missa privada onde quer que um sacerdote pudesse concelebrar com outros.
- A Instrução Geral de 1969 eliminou os regulamentos antigos prescrevendo que os vasos sagrados fossem ao menos banhados a ouro e consagrados ou abençoados. A IG de 2000 reintroduziu a prescrição de que os vasos sagrados fossem ao menos banhados com um "material nobre".
- As seis vestimentas sacerdotais tradicionais exigidas para a Missa, cada qual julgada como tendo um especial simbolismo espiritual, foram na prática reduzidas a três.
- O uso do material litúrgico tridentino na Missa de Paulo VI (vestimentas, cálices, imagens etc.) carece de congruência, porque o rito novo se baseia em um entendimento da Missa que reflete uma teologia inteiramente nova.
- Em suma, enquanto os adornos da Missa Tridentina tinham um fim místico e espiritual — a glorificação de Deus — os adornos da Missa de Paulo VI têm somente um fim prático e psicológico — instruir a assembleia. Assim, os reformadores retiveram somente aqueles adornos que, como disse Pistoia, "falam à fé da assembleia" — e enviou para as trevas exteriores aqueles que meramente honravam a glória de Deus.

VII

- Os ritos preparatórios da Missa Tridentina e da Missa de Paulo VI são fisicamente orientados para direções opostas, que refletem os seus diferentes propósitos. Na Missa Antiga, o sacerdote fica de frente para o altar (simbolicamente perante Deus), e o propósito do rito é a purificação do sacerdote que vai celebrar a Missa e o louvor de Deus. Na Missa Nova, o sacerdote fica de frente para a assembleia (simbolicamente perante o homem) e o propósito do rito é engendrar a unidade entre os membros da assembleia, que vão coletivamente celebrar a Missa.
- A Missa Nova efetivamente eliminou o Intróito, que na prática real foi substituído por um canto selecionado pela equipe de liturgia da paróquia local.
- Os liturgistas modernos construíram uma teologia inteira em torno da saudação na Missa Nova, entendida como “um reconhecimento da presença de Cristo na assembleia.” Eles derivam essas ideias dos próprios criadores da Missa Nova, um dos quais explicou a saudação como um ato “que produz comunhão.” Tal linguagem desvaloriza o significado da comunhão sacramental.
- A Instrução Geral, implementando uma prática especificamente prescrita pelo Vaticano II, permite ao sacerdote, diácono ou outro ministro, inserir comentários introdutórios depois da saudação. O conteúdo é deixado unicamente a critério da pessoa que faz os comentários.
- Muitas características das antigas Orações ao Pé do Altar se distanciam da teologia ecumênica ou modernista e foram, por isso, suprimidas da Missa de Paulo VI: o Salmo 42 (por causa da teologia negativa), menção de Anjos e Santos pelo nome (aversão modernista geral), inclinação profunda (humildade), oração de absolvição (ecumenismo e enfraquecimento das confissões), a antiga oração afastai nossas iniquidades (teologia negativa), a oração honrando as relíquias dos santos (méritos rejeitados pelos protestantes e a abolição das relíquias) e, na oração para a bênção da água, alusões ao demônio e ao juízo (descrença no diabo e teologia negativa).
- As Orações ao Pé do Altar, além disso, eram um rito de purificação sacerdotal. O novo rito penitencial é um rito congregacional, que o sacerdote e o povo realizam em conjunto. Esse tipo de rito não tinha qualquer precedente na Missa Romana e foi primeiro introduzido pelos protestantes para reconhecer o “sacerdócio de todos os crentes.” Ele é, no entanto, consistente com a teologia modernista da assembleia.
- O Kyrie do Novo Ordo da Missa deve ser omitido quando quer que ele seja parte do Rito Penitencial, quando quer que o Asperges seja utilizado ou quando quer que outros ritos precedam a Missa. Isso permite a remoção de uma oração que há muito tempo tem sido parte integrante do Ordo da Missa.
- Na Missa Tridentina, o Glória é recitado em toda festa de santo. No rito novo, seu uso se restringiu a somente umas poucas festas de alta classe (e.g. Apóstolos, Anjos e Nossa Senhora). Isso priva os Santos de uma honra litúrgica conveniente que eles desfrutaram por muito tempo.
- Na Missa Tridentina, diversas coletas são às vezes recitadas, quando várias festas ou observâncias litúrgicas ocorrem no mesmo dia; isso garante que todo santo receba o seu devido. Na Missa Nova, somente uma coleta pode ser recitada; a comemoração das outras festas é suprimida.

- A grande parte dos conteúdos do Missal tradicional e do Missal de Paulo VI consiste de orações curtas chamadas orationes.
- As orações mais antigas do Ciclo Temporal do Missal tradicional são recitadas em uma sequência que tem sido seguida desde pelo menos o século sexto.
- Embora o Vaticano II não tenha prescrito especificamente uma revisão do conteúdo ou da ordem litúrgica das orações, a Consilium empreendeu uma revisão total de ambas.
- Como resultado, somente 33% das orações no Missal tradicional foram incorporadas no Missal de Paulo VI. Destas, mais da metade foram alteradas pelos revisores. Assim, somente 17% das orações vindas do Missal antigo sobreviveram intactas no Missal de Paulo VI.
- Os revisores mudaram não meramente o estilo das orações, mas seu conteúdo doutrinal também. Doravante, disseram eles, estas refletiriam novas visões dos valores humanos, requerimentos ecumênicos, novas posições da Igreja, um novo fundamento da teologia eucarística, uma nova realidade doutrinal, novos valores e novas perspectivas. Uma comparação das orações antigas e daquelas do Missal de Paulo VI revela que isso afetou seis áreas em particular.
- Teologia Negativa. Os revisores sistematicamente eliminaram das orações diversos conceitos doutrinais em desacordo com a teologia modernista. Exemplos: a perversidade do pecado, o pecado como ofensa grave à Majestade Divina, perdição, ira divina, o jugo do mal, castigos nesta vida pelo pecado, nossa vontade débil, concupiscência, nosso orgulho, nossa indignidade, compunção, a perda do Céu, o castigo eterno, as penas do Inferno, o fogo do Inferno, jejum, mortificações e morte como pena por nossa culpa.
- O Cristão e o Mundo. Os revisores removeram das orações as formulações padrões do conflito eterno entre o cristão e o espírito do mundo: desprezo das coisas deste mundo, desapego, deleites perecíveis, o orgulho e a vaidade do mundo, a paz que o mundo não pode dar, renunciar à ambição terrena etc.
- Orações pelos Mortos. Delas os revisores cortaram não somente os elementos de teologia "negativa" mencionados acima, mas também a palavra alma.
- Ecumenismo. Tendo em vista o acomodar-se aos hereges, cismáticos, pagãos e judeus, os revisores eliminaram das orações noções tais como o Deus Uno e Verdadeiro, a sujeição ao governo de Cristo Rei, a Igreja Militante, a Fé Verdadeira, vencer a heresia e frases que refletiam os direitos e o poder de governo do Romano Pontífice. Os revisores mudaram até mesmo as mais antigas orações da Liturgia, as Orações Solenes de Sexta-Feira Santa. Destas, eles eliminaram a noção de que os governantes civis devem seguir a doutrina de Cristo, que os hereges e cismáticos estão fora da Igreja, que o erro conduz ao Inferno, que a heresia é má, que os judeus são incrédulos e cegos para a verdade e que os pagãos precisam ser convertidos.
- Méritos dos Santos. Em ao menos duzentas ocasiões pelo ano litúrgico, as orações do Missal tradicional invocam os méritos dos santos. Os revisores praticamente eliminaram essa noção do Missal novo, onde ela aparece apenas em 13 orações, das quais somente 3 são obrigatórias.
- Milagres. Para tornar as orações "mais adequadas à mentalidade do homem contemporâneo", os revisores removeram alusões aos milagres dos santos, e mesmo à Transfiguração de Nosso Senhor e Sua ressurreição de Lázaro. Isso era render-se à

heresia modernista, que trata os milagres como mitos e fábulas.
- O efeito coletivo das mudanças nas orações é destruir a doutrina católica, eliminando-a da Liturgia e, por conseguinte, da consciência do clero e dos fiéis.

IX

- O propósito da Liturgia da Palavra é fornecer uma instrução religiosa direta e imediata aos membros da congregação reunida. Esse novo propósito falsifica o real fim da Missa — glorificar a Santíssima Trindade e oferecer a Deus um sacrifício de propiciação pelo pecado — e o substitui por outro.
- Como os ritos introdutórios, a Liturgia da Palavra é conduzida de frente para o povo como "uma ação de uma assembleia deliberativa".
- Quando a Liturgia da Palavra é realizada de uma maneira ideal, prevista na Instrução Geral, o papel do sacerdote é limitado a recitação em voz alta de duas orações — a introdução e a conclusão da Oração dos Fiéis.
- Durante os anos 50, alguns membros do Movimento Litúrgico propuseram um ciclo de três anos de leituras da Escritura.
- O Vaticano II ensinou que a Escritura é "de enorme importância na Liturgia" e que os sinais sacramentais derivam sua significação da Escritura. O Concílio implicou que as partes principais da Missa eram a Liturgia da Palavra e a Liturgia Eucarística, em vez do Ofertório, Consagração e Comunhão.
- O Vaticano II estabeleceu o princípio geral de que a Liturgia teria a partir de agora mais leituras da Escritura e de que a Escritura seria "variada e bem adaptada".
- Ele também pediu para que "abram-se mais largamente os tesouros da Bíblia" e que "dentro de um período de tempo estabelecido, sejam lidas ao povo as partes mais importantes da Sagrada Escritura."
- O Lecionário resultante, que foi criado pelo Grupo de Estudo 11 da Consilium entre 1964 e 1969, continha um ciclo de três anos das leituras das Escrituras aos domingos.
- Em 1969, Paulo VI aprovou o novo Lecionário sem lê-lo.
- O ciclo de três anos das leituras das Escrituras não tinha nenhum antecedente conhecido na Missa do Rito Romano.
- A nova legislação que governa a Liturgia da Palavra introduz uma desregulamentação a mais e opções no culto público oficial. Ela permite que indivíduos formulem os seus próprios textos para o uso litúrgico (os comentários introdutórios, a Oração dos Fiéis) ou escolham a partir de uma grande quantidade de textos fornecidos (as leituras da Escritura do novo Lecionário), partes das quais são elas mesmas opcionais. Essa desregulamentação: (1) destrói o caráter universal da liturgia e (2) submete a liturgia e os fiéis às iniciativas individuais enraizadas nos caprichos, ignorância, tolice e até mesmo na heresia.
- Apesar da alegação dos reformadores de que o novo ciclo de leituras apresentava uma exposição compreensiva do ensinamento do Novo Testamento (uma alegação nunca feita pelo ciclo tradicional de leituras), o material do prefácio do novo Lecionário insinua uma agenda oculta: passagens "difíceis" da Escritura não são empregadas aos domingos, certas passagens "de pouco valor pastoral ou envolvendo questões verdadeiramente difíceis" foram omitidas, e alguns versículos individuais são opcionais.

- Uma comparação da lista de leituras do Lecionário com o texto do Novo Testamento revela que os revisores sistematicamente obscureceram partes da mensagem do Novo Testamento. Eles procuraram defender o fiel mediano que vai à igreja aos domingos das passagens que continham "temas negativos" — ira divina, a punição nesta vida pelo pecado, a pecaminosidade da impureza, o inferno, as condenações do mundo, dos infiéis, dos hereges e da dignidade necessária à recepção da Eucaristia. Eles lidaram com tais passagens excluindo-as dos domingos, tornando partes delas opcionais, tirando versículos individuais, permitindo uma leitura substituta ou mantendo-as totalmente fora do Lecionário.
- No sentido, portanto, da finalidade anunciada de apresentar aos fiéis o que Paulo VI chamou de "o fundamento da instrução cristã e o núcleo de todo estudo teológico", o Lecionário da Missa de Paulo VI é uma fraude gigantesca.

X

- No rito novo, a nomenclatura para a segunda parte da Missa, a Missa dos Fiéis, foi mudada para "Liturgia Eucarística", um novo termo inventado, muito provavelmente, por razões ecumênicas.
- Existem três elementos comuns a todos os Ritos do Ofertório: o sacrifício é preparado, o sacrifício é dirigido a um determinado fim e se começa a oferta do sacrifício.
- O Rito do Ofertório da Missa Tridentina e outros ritos relacionados no Ocidente contém linguagem sacrificial (e.g. Vítima) que antecipa a consagração real dos elementos.
- As orações e ações cerimoniais do rito do Ofertório tradicional se relacionam a um duplo objeto: (1) retirar o pão e o vinho do uso comum. (2) Oferecer a Divina Vítima à Divina Majestade, como se a consagração dos elementos sacrificiais tivesse acontecido na expectativa dos efeitos que vão derivar do oferecimento da Divina Vítima.
- Lutero e outros protestantes explicitamente repudiaram o rito do Ofertório católico por conta de sua linguagem antecipatória e, na formulação de suas cerimônias de comunhão, substituíram-no por uma simples direção para que se prepare o pão e o vinho.
- A Missa Nova substituiu o Rito do Ofertório por uma Preparação dos Dons. Seus criadores defenderam essa substituição mentindo sobre a natureza do rito (uma cerimônia leiga) e repetindo a objeção da "antecipação" de Lutero. No entanto, o verdadeiro motivo era eliminar um rito que "ameaçava o diálogo ecumênico".
- Embora Pio XII mencionasse a procissão leiga do Ofertório na Mediator Dei, ele devotou os seguintes cinco parágrafos condenando um "erro perigoso" sobre o papel do laicato no "oferecimento" da Missa.
- Historicamente, procissões do Ofertório pertenciam primariamente ao clero, em vez de pertencerem aos leigos. Mas, de qualquer modo, a prática seguida na Missa Nova é nada mais do que atuação teatral — "mudar as hóstias de um receptáculo para outro".
- As orações do Ofertório tradicional de oferecimento do pão e do vinho constituem "uma perfeita exposição da doutrina católica romana sobre o sacrifício da Missa." Lutero disse que elas eram "uma abominação".
- As orações de apresentação do pão e do vinho na Preparação dos Dons da Missa Nova (1) incorporam expressões indeterminadas sobre o que o pão e o vinho vão se tornar; (2) baseiam-se na oração do Seder judaico; (3) incorporam uma noção herética, originada nos escritos do jesuíta panteísta, Teilhard de Chardin, segundo a qual o trabalho humano se

torna a “matéria” do sacrifício da Missa; (4) indica a mudança de um rito sacerdotal para um rito congregacional; (5) no lugar da Divina Vítima, fala de oferecer pão e vinho, obras de mãos humanas, que vão se tornar pão da vida e vinho de salvação.

- As orações tradicionais de preparação do cálice, de invocação da descida do Espírito Santo sobre o sacrifício, de incensação das oferendas e do altar e lavação das mãos do sacerdote foram ou eliminadas ou editadas a fim de remover ideias “negativas”, repugnantes à teologia modernista, ou a linguagem sacrificial, repugnante aos protestantes.
- A linguagem sacrificial em uma das orações mantidas (In Spiritu Humilitatis) foi julgada aceitável, porque ela se refere somente a um sacrifício espiritual de si mesmo. Linguagem similar aparece na liturgia luterana, logo a formulação antiga era aceitável.
- A oração do Rito do Ofertório tradicional “Recebei, ó Santa Trindade” resume e aprimora as orações que a precedem, e pede a intercessão de vários santos pelo nome. Ela foi eliminada pela mesma razão que o restante das orações.
- O “Orai, irmãos” foi mantido, mas, também, pode ser interpretado como a auto-oferenda da congregação. A introdução da oração que fala de “sacrifício meu e vosso” pode ser substituída à vontade por um outro convite à oração.
- As Secretas foram renomeadas como “Orações sobre os Dons”. Elas foram editadas de modo a reduzir certas expressões sacrificiais, e, geralmente, para implementar mudanças “ditadas pela nova teologia”. Orações tiradas dos antigos sacramentários foram editadas para tornar seu espírito “ecumênico e universalista, assim respondendo mais às aspirações do nosso tempo.”

No geral, a única Vítima oferecida na nova Preparação dos Dons é a doutrina católica — um “sacrifício vivo” ao ecumenismo, em um rito que não tem cheiro de oblação, mas de Lutero e de Teilhard.

XI

- O termo “Cânon”, aplicado à grande oração da Missa contendo Consagração, denotava uma regra fixa, algo praticamente imutável. Na Reforma Litúrgica pós-Vaticano II, os revisores trocaram o termo para “Oração Eucarística”, com a intenção de permitir o uso de múltiplos textos.
- Os Prefácios do novo Missal não representam uma restauração integral dos textos antigos, mas um “mosaico de palavras” daqueles textos que poderiam ser “adaptados à mentalidade moderna”. Somente alguns textos foram mantidos em sua forma original, pois, de outra forma, poderiam ter sido “insuportáveis”.
- Apesar de não se poder fornecer uma data exata de sua origem, o Cânon Romano da Missa Tridentina é extremamente antigo. Alguns autores dizem que ele se origina na tradição apostólica; outros rastreiam seu núcleo ao segundo e terceiro século.
- A ala modernista do Movimento Litúrgico já tinha em vista a reforma do Cânon Romano no final dos anos 40.
- Os motivos para se mudar o Cânon eram os habituais que estavam em execução em outros locais na reforma da Missa. O texto do cânon continha ideias que há muito tempo tinham sido alvos dos hereges protestantes, então ele apresentava um obstáculo ao ecumenismo.

- Para os modernistas, o Cânon Romano estava ligado à teologia “tridentina”, não se conformava com suas conclusões acerca do que era certo em uma tal oração, cheirava à teologia negativa e não era participativo. Ele precisava ser examinado à luz da crítica textual e critérios psicológicos para que “respondesse mais adequadamente às exigências dos nossos tempos.”
- A atitude dos revisores diante do Cânon Romano é melhor resumida nas palavras de Bugnini, que disse que ele representava um “deplorável empobrecimento”, resultante de “séculos de decadência litúrgica”.
- O Vaticano II não autorizou explicitamente uma mudança no Cânon. Em vez disso, princípios gerais escritos na Constituição sobre a Sagrada Liturgia foram utilizados para justificar a mudança.
- O livro de 1966 de Cipriano Vagaggini atacando o cânon e propondo textos alternativos, eventualmente levou à decisão de Paulo VI de permitir a introdução de textos alternativos ao Cânon Romano.
- Não se pode dizer com certeza quando ou onde a recitação silenciosa do Cânon teve origem. Ela se tornou generalizada no Ocidente por volta do ano 800, muito provavelmente por conta de um espírito de reverência na presença dos mistérios sagrados. Os hereges protestantes denunciaram a prática, e o Concílio de Trento, por sua vez, pronunciou o anátema contra todos aqueles que condenarem a recitação silenciosa do Cânon.
- Um Cânon silencioso ficava no caminho da implementação das teorias do Movimento Litúrgico sobre o culto coletivo. Em 1967, os pronunciamentos gerais da Constituição sobre a Sagrada Liturgia acerca da “instrução” contida na liturgia e a necessidade de uma participação “consciente” foram invocados para reverter a prática.
- Em 1967, juntamente com a introdução da recitação em voz alta do Cânon, traduções aprovadas em vernáculo do Cânon traduziram erroneamente a expressão pro multis nas palavras da consagração do vinho como “por todos”.
- Em 1968, Patrick Henry Omlor fez um extenso estudo expondo essa fraude e demonstrando que os erros de tradução resultaram na invalidade das consagrações. Seu trabalho alertou diversos católicos nos Estados Unidos sobre os perigos da Reforma Litúrgica. Defensores das mudanças litúrgicas sustentaram que a tradução “por todos” estava correta e basearam suas posições em um pretenso sentido do aramaico. Porém, as traduções de 2006-8 finalmente abandonaram esse erro de tradução em favor da tradução correta: “por muitos”.
- Em 1968, Paulo VI promulgou quatro novas Orações Eucarísticas. Entre 1974 e 2002, mais nove Orações Eucarísticas foram criadas ou redigidas e então incorporadas no Missal. As novas orações seguiam os princípios enunciados pelos críticos textuais modernistas.
- As rubricas para as novas Orações Eucarísticas reduziram ao mínimo os gestos sacerdotais no Cânon. Estes possuíam um simbolismo místico, afirmavam o papel único do sacerdote ao oferecer o sacrifício e expressavam profunda reverência pela Presença Real. Sua abolição minava as verdades doutrinais que eles expressavam.
- Embora a Oração Eucarística I seja intitulada “O Cânon Romano” no novo Missal, o rótulo é incorreto, pois (1) outros textos podem ser substituídos por ela e (2) os revisores ou alteraram ou tornaram opcionais as seções do texto existente.
- As novas Orações Eucarísticas restantes (1) não representam uma “restauração” dos textos litúrgicos dos antigos cristãos, (2) são criações do final do século XX, incorporando

até os clichés de uma teologia “horizontal” moderna, de uma conversa doutrinal para bebês e de uma “teologia do mundo” e, por fim, (3) em conformidade com a teologia ecumênica do Vaticano II, e contra todas as leis e práticas litúrgicas anteriores, oferecem orações litúrgicas de intercessão pelos hereges, cismáticos e mesmo pagãos, tanto vivos quanto mortos.

- Portanto, os textos das novas Orações Eucarísticas representam uma total quebra com a ininterrupta tradição litúrgica do Rito Romano.
- Nas Orações Eucarísticas, além do mais, grandes mudanças foram introduzidas na seção que o Cânon Romano antes chamava de Consagração. (1) Esta seção foi renomeada como “Narrativa da Instituição”, as Palavras da Consagração se tornaram as “Palavras do Senhor”, e a noção de “forma do sacramento” foi totalmente omitida. (2) Os próprios textos litúrgicos foram reorganizados para transformar a forma sacramental essencial em uma citação dentro de uma narrativa histórica. (3) O termo “mistério da fé”, uma expressão espontânea da fé no mistério da Presença Real aqui e agora, foi extirpado da fórmula recitada sobre o cálice, deslocado como uma introdução à Aclamação do Memorial e transformado em uma expressão de fé em eventos que acontecerão no fi m dos tempos.
- Enquanto tais mudanças foram feitas para acomodar a Missa às necessidades do ecumenismo e da teologia sacramental modernista, de acordo com os princípios da teologia sacramental católica pré-Vaticano II, a recitação das palavras da consagração em tom narrativo (1) constitui um defeito substancial na intenção essencial do sacramento e (2) torna a consagração, e também a Missa, inválida.
- Embora aqueles que aderem à teologia sacramental existencialista e ecumênica da era pós-Vaticano II possam não ver problemas nisso, aqueles que ainda aderem às ideias da teologia sacramental católica só podem concluir uma coisa: não há Presença Real e não há verdadeira Missa.

De fato, um empobrecimento deplorável...

XII

- No Rito Romano, uma tradição atestada por Santo Agostinho e São Gregório Magno prescreve que somente o sacerdote canta ou recita o Pai Nosso. Os criadores da Missa Nova transformaram-no em uma oração congregacional, uma prática que admitiram ser uma “novidade mais relevante”.
- Na oração Libera Nos que se segue, o nome dos Santos e a expressão atribuída a São Jerônimo foram removidas a fim de acomodar-se respectivamente à teologia da assembleia e eliminar a linguagem negativa. Duas frases foram acrescentadas, uma para aumentar a consciência da “presença do Senhor na assembleia”, outra por causa de sua “importância ecumênica”.
- A oração Pax, recitada antigamente em voz baixa, é agora recitada solenemente em voz alta por causa do “costume de usar essa oração em encontros ecumênicos.”
- O próprio sinal da paz não desce hierarquicamente de Cristo para o sacerdote, para o clero e para o povo, mas, em vez disso, troca-se entre os membros da assembleia.
- A Missa Nova combina o Rito de Comunhão do sacerdote com o Rito da Comunhão dos fiéis, um desdobramento lógico da teologia da assembleia.

- A palavra alma foi removida das fórmulas de Comunhão porque ela reflete uma tendência "de supervalorizar o espiritual."
- A recepção da Comunhão foi transformada de um ato de devoção individual em uma "procissão" coletiva na qual os participantes devem cantar a fim de torná-la "mais completa, como um ato da comunidade."
- Ajoelhar-se para a recepção da Comunhão, um ato de humildade e adoração, foi substituído pelo de ficar de pé.
- A prática de empregar leigos homens e mulheres para distribuir a Comunhão desvaloriza o Sacerdócio e a crença na Presença Real; além disso, autorizar as mulheres a realizar essa função contradiz a tradição apostólica.
- Independentemente do que se possa concluir sobre seus antecedentes no início da Igreja, a comunhão na mão nos tempos modernos foi introduzida por hereges com o objetivo de repudiar os dogmas católicos sobre a Presença Real e o Sacerdócio.
- O efeito cumulativo dessas mudanças, juntamente com a supressão de muitos gestos rituais que manifestavam externamente a adoração e a reverência ao Santíssimo Sacramento (o olhar para a hóstia, sinais de cruz, inclinar-se, genuflexões, bater-se no peito, bênçãos com a hóstia, segurar e manter os dedos unidos, etc.), ataca a fé católica na Presença Real e promove uma grande irreverência contra o Santíssimo Sacramento.

DELENDA EST

"Não falemos, pois, de uma 'Missa Nova'", disse Paulo VI em seu discurso de novembro de 1969 sobre o rito novo, "mas de uma 'nova era' na vida da Igreja."

De fato, ela foi. Porque nos quarenta anos desde aquele fatídico domingo de Advento de 1969, quando a Missa de Paulo VI fez a sua estreia, as ordenações nos Estados Unidos diminuíram 72%, a inscrição nos seminários 90%, os seminários 66%, as freiras professoras 94%, as inscrições em escolas católicas 55% e o comparecimento à Missa 60%. As instituições que permaneceram estão infestadas de modernismo.

A vida católica em outros países sofreu um declínio dramático similar. Agora tudo está morto na Europa, e um dia em um futuro não tão distante, o continente que outrora foi da cristandade será muçulmano.

O Vaticano II, longe de trazer aquilo que João Paulo II chamava de nova "primavera da Igreja", revelou-se uma bomba atômica que deu origem a um inverno nuclear. E o que espalhou as suas partículas radioativas aos quatro cantos do mundo católico foi a Missa de Paulo VI, o motor da revolução religiosa que destruiu a fé e a piedade nas mentes e corações dos católicos em toda parte.

Está na hora de colocar as evasões e negações de lado, e livrar o mundo da monstruosidade ecumênica e modernista que é a Missa de Paulo VI. Esta Missa acabou. Ela deve ir.

Revision #2
Created 21 November 2024 22:51:42 by Admin
Updated 21 November 2024 23:16:00 by Admin